

Proposta de Resolução sobre Conjuntura e Atividades da Coordenação Nacional da CSP Conlutas

Realizamos essa primeira reunião da Coordenação Nacional da CSP Conlutas em meio ao agravamento das crises econômica, política e social em nosso país.

O ano se iniciou com muitas lutas, que se expressaram em mobilizações contra o aumento das passagens, greves e manifestações de servidores públicos em diversos estados e municípios, respondendo à crise fiscal e aos ajustes dos governos, a mobilização estudantil com ocupação das escolas em Goiás, na esteira do processo que ocorreu em São Paulo, greves operárias como a dos metalúrgicos da GM, mobilizações contra o desemprego, atos públicos contra a privatização da Celg (companhia de eletricidade de Goiás), a greve dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas da Higilimp e, agora, mais recente, a ocupação da fábrica Mabe, em Hortolândia, que está sob ameaça de fechamento.

Teremos nos próximos dias os atos do dia 8 de março, nos quais defenderemos as nossa bandeiras hierarquizadas pela luta de que as mulheres trabalhadoras não aceitam pagar a conta da crise.

O funcionalismo federal começa a se preparar para a luta contra a reforma da previdência. A CNTE está convocando uma mobilização nacional da educação básica de 15 a 17 de março.

Nós devemos ser parte ativa de todas as iniciativas que coloquem a nossa classe em movimento.

Essa dinâmica e a radicalização de algumas lutas, com métodos de ocupação, expressam uma situação latente no movimento de massas e nos alertam para as possibilidades e potencialidades da luta de classes no período de modo geral. Outras expressões de radicalização já vinham de antes, como as greves dos garis, dos rodoviários de várias capitais, de operários da construção civil, dentre outras.

Não se trata de um processo generalizado, mas, para além das categorias e setores organizados do movimento sindical, a crise social tende a aumentar muito e não podemos descartar a possibilidade de explosões sociais, devido ao desemprego, à carestia e ao colapso dos serviços públicos em muitos lugares.

Já tivemos expressões dessa situação em ocupações de postos de saúde, de câmaras municipais e prefeituras. E, recentemente, na cidade de Ibirité, em Minas Gerais, a população fechou espontaneamente um terminal de ônibus, indignada com o aumento das passagens e a redução dos horários de circulação da frota.

Embora com desigualdades, as demissões tem gerado lutas em vários locais e não um recuo generalizado da classe, como ocorreu na crise dos anos 2000.

Essa polarização tem resposta e também se expressa na violência da polícia contra o povo pobre e, em sua maioria, negro das periferias; na violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul e no sul da Bahia; no assassinato, apenas no mês de janeiro, de 56 pessoas LGBTQs em nosso país e de lideranças rurais. Na criminalização e prisão de ativistas dos movimentos sociais como o caso do MRP – Movimento Resistência Popular – do Distrito Federal.

Conjunturalmente, a alteração do rito do impeachment no STF no final do ano deu certo fôlego ao governo Dilma e abriu um período de negociações nas classes dominantes, que segue com dificuldade de ter uma alternativa pra valer no caso do impedimento de Dilma. O PMDB e o PSDB seguem tentando capitalizar esse processo, mas nesse momento o que está vigorando é o acordo entre a oposição burguesa e o governo na aplicação das reformas e do ajuste contra os trabalhadores.

Mas a crise política é grande e não se pode descartar que ela fuja ao controle, pois a indignação entre os trabalhadores com a piora das condições de vida está crescendo; a ruptura com o governo Dilma por parte da maioria dos trabalhadores e da população continua; a bronca da população com o Congresso, com os políticos, com a roubalheira e a corrupção permanece e essa revolta por baixo é o que alimenta a crise.

O marco internacional da crise

Vivemos um novo momento nos marcos da crise econômica internacional aberta em 2008. A previsão de crescimento da economia mundial é de 2,9% em 2016, contra 2,5% em 2015. Maior patamar desde 2011, mas ainda menor que a média das últimas décadas. É ainda um baixo crescimento e ainda não é possível falar de um novo ciclo de crescimento consistente nos EUA. Há uma queda na produtividade mundial.

A economia chinesa segue desacelerando, enfrenta um processo de crises financeiras e fuga de capitais. O FMI afirma que a China hoje é o epicentro da crise econômica no mundo.

Essa situação afeta duramente o Brasil e a América Latina. A exceção do México, que deve crescer 3% e, em alguma medida o Peru e o Chile, que devem ter um pequeno crescimento, o restante dos países da América Latina enfrentam a estagnação econômica quando não diretamente a recessão. Esse é o caso do Brasil.

A Argentina vive um salto inflacionário e a desvalorização do peso. A crise venezuelana se expressa em inflação descontrolada, alta dos combustíveis, em desabastecimento.

Essas crises econômicas são o pano de fundo da crise de governos que se pautaram pela colaboração de classes, que ascenderam depois de crises e processos de ascenso das lutas em nosso continente no início dos anos 2000.

Estes governos, apoiando-se em um ciclo de crescimento econômico, tiveram como características realizar pequenas concessões a setores populares e cooptar as organizações dos trabalhadores, conseguindo desviar ou travar as mobilizações. Mas agora estão à cabeça da aplicação dos ajustes e por isso se enfrentam com o movimento de massas, com a classe trabalhadora, com a juventude e setores médios empobrecidos.

Os dados do Brasil são alarmantes: o decréscimo do PIB alcançou 4,5% no último ano, ultrapassando todas as previsões de queda. A inflação chegou aos 10,67% em 2015, a maior em 13 anos. A retração industrial, segundo dados do IBGE, alcançou 8,1%. A dívida pública, devido à política de juros, pode chegar a 70% do PIB. O desemprego saltou de 6,8% em 2014 para 8,5% em 2015 e a previsão é que vá para 11,7% no início de 2016 e a 17% em 2017. A renda média das famílias teve queda de 8,7% em 11 trimestres, segundo o IBGE, maior do que a queda ocorrida nos anos 90/92, sob Collor. E a massa de rendimento real dos assalariados cai ininterruptamente desde 2013, segundo dados do IBGE.

O papel das centrais e das frentes que se formaram em apoio ao governo

As centrais, a CUT em particular, nesse momento, fazem um duplo discurso. De um lado se colocam formalmente contra a reforma da previdência, o ajuste fiscal, algumas privatizações e as demissões.

De outro, criam instrumentos de colaboração de classes, como o Fórum de Desenvolvimento Industrial, com os empresários, e o Fórum com o governo para discutir a reforma da previdência, que são instrumentos de um verdadeiro pacto social com a classe dominante.

O discurso contra os ajustes e as reformas servem para essas centrais não perderem mais espaço perante suas bases, que estão sendo fortemente atacadas.

Nós devemos seguir com a nossa política de chamado à unidade na luta, denunciando e exigindo dessas centrais que rompam os pactos e acordos com os patrões e os governos, se retirem desses fóruns e se somem à luta. Não é possível derrotar as demissões, o ajuste fiscal e as reformas auxiliando o governo e os patrões na formulação e aplicação de suas políticas.

Essa não é uma condição para a luta unitária (a ruptura das direções com o governo), mas não podemos ignorar a estratégia de colaboração de classes e defesa do governo dessas centrais e não podemos ser ingênuos e nos deixar cair em armadilhas que nos criam problemas com as nossas bases, nos confundindo com as posições desses setores.

Devemos seguir agitando a necessidade da greve geral, tanto como exigência às demais centrais para que se somem a luta e também dirigindo-nos às bases dessas organizações para que exijam de suas direções que rompam o apoio político dado ao governo e aos patrões e encabezem a luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores, bem como exigindo que rompam as negociações e os fóruns com o governo e os patrões.

Está sendo chamada uma manifestação pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no dia 31 de março, data em que se relembra o golpe militar no Brasil.

Essa manifestação tem cinco eixos, incluindo a luta contra o desemprego, o ajuste fiscal, a reforma da previdência, mas ao mesmo tempo, a defesa do governo Dilma, contra o impeachment e pelo Fora Cunha. A escolha simbólica do dia 31 de março não deixa dúvida de que o centro dessa manifestação é contra o suposto "golpismo" da direita.

Mas há uma manobra embutida. Para responder ao clamor das bases dessas entidades, que sofrem os ataques do governo e dos patrões, dentre os eixos estão bandeiras de interesse dos trabalhadores.

Nós devemos fazer uma ampla agitação nas bases, nas assembleias e encontros da nossa classe e exigir da CUT, UNE, MST, CTB, MTST e demais entidades que patrocinam essa iniciativa que venham de fato para uma luta unificada. Não é possível fazer luta contra os ataques do governo e ao mesmo tempo defender esse governo, como se pretende com esse ato. Isso leva os trabalhadores ao engano.

Nós queremos a unidade, mas não vamos participar de atos que, se dizendo contra as medidas do governo, são para defender o governo. Se essas organizações se dispuserem a luta comum claramente contra as medidas dos patrões e dos governos, estamos plenamente dispostos a lutar conjuntamente. Mesmo que seja por um único ponto, como estamos já fazendo num fórum comum contra o PLS 555, que abre o capital das empresas públicas e na luta contra a privatização da CELG.

Devemos estar também abertos e buscar abrir caminho para a unidade com setores da base dessas centrais e movimentos, ainda que suas direções não venham à luta.

Mas não podemos nos limitar a uma declaração da nossa opinião. A nossa agitação com o panfleto nacional deve responder a esse tema e a esse chamado à unidade. Essa posição deve ser levada e disputada nas bases das organizações que convocam esse ato, bem como devemos debate-la nas assembleias das categorias e também nas bases desses setores.

A construção de um polo alternativo

Todas essas iniciativas não podem perder de vista a nossa orientação de buscar construir nas lutas um polo político alternativo ao governismo e à oposição de direita. O sentido geral de luta contra o governo, a oposição

burguesa e os patrões, deve ser parte de todas as iniciativas que participarmos, de todas as lutas imediatas, de todas as nossas ações.

E, dessa forma, vamos buscar fortalecer o Espaço de Unidade de Ação como embrião do polo alternativo que defendemos. Teremos uma reunião no dia 24 e vamos apresentar essas propostas.

Junto com as demais organizações que participam do Espaço de Unidade de Ação vamos buscar avançar na nossa elaboração coletiva, na discussão desse plano de ação, estando abertos inclusive a assumir outras iniciativas que se coloquem pela realidade e ampliem o raio de atuação dessa frente.

A SEN da Central deve acompanhar esse processo e fica autorizada a dar os encaminhamentos necessários.

Construir uma resposta unificada aos ataques dos governos e dos patrões

Encerramos o ano de 2015 em meio a um agravamento da crise e sob a possibilidade de suspensão dos recessos parlamentar e aceleração do rito do impeachment. Mas esse cenário não se confirmou, na medida em que houve um alinhamento das instituições burguesas fundamentais, com a decisão do STF que atrasou o rito do impeachment, sinalizando que essa não é a política preferencial da maioria da burguesia do país frente ao esgotamento do governo Dilma. Ou que, no mínimo, não há unidade suficiente nas classes dominantes para encurtar o mandato de Dilma via impeachment.

Realizamos no dia 22 de janeiro uma plenária do Espaço de Unidade de Ação, com uma boa representação de entidades (78 organizações de distintos setores) e abrangência nacional (17 estados e o Distrito Federal). Vai ser editado um jornal nacional, de tiragem ampla, assinado pelas organizações do Espaço de Unidade de Ação.

A reunião deixou em aberto a proposta de realização de um novo ato ou manifestação nacional nos moldes da que fizemos em setembro do ano passado e iniciou ainda uma discussão sobre a realização de um ato nacional no dia 1.º de maio, alternativo aos atos da CUT e Força Sindical, em São Paulo.

O governo Dilma, buscando recompor bases de apoio junto ao imperialismo e ao empresariado nacional, tem reiterado a sua disposição de propor a reforma da previdência nesse primeiro semestre. Aparentemente essa é uma medida que unifica toda a burguesia e pode vir a ser aprovada, se não houver resistência organizada. De outro lado é uma medida que pode permitir uma unificação mais ampla da classe contra esse ataque.

Está em curso um plano de privatização pesado, via PLS 555 e iniciativas nos estados (Celg, como início da privatização das companhias de energia, Agespisa, Petrobras, metrô de SP etc.). Essa é outra face da resposta à crise que também unifica a burguesia.

Esses ataques, somados ao processo de demissões que está ocorrendo exige um plano de lutas imediato.

Construir um plano de lutas nacional, para barrar as demissões, o ajuste fiscal, a reforma da previdência e as privatizações

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas aprova colocar em marcha um plano de lutas imediato em torno a esses eixos concretos (demissões, reforma da previdência, ajuste fiscal e privatizações/defesa do serviço público, contra Dilma, os governos estaduais e a oposição burguesa de Aécio, Cunha e cia.) e orienta a militância da Central a intervir com força nos processos de luta, garantindo a realização das plenárias em todos os estados e uma agitação nacional com o panfleto do Espaço de Unidade de Ação.

A gravidade da situação exige que apresentamos saídas de fundo para a crise. A nossa intervenção não pode se limitar ao mero apoio às lutas e a um discurso limitado à defesa das reivindicações, dos direitos e às questões econômicas.

No tema do desemprego, além da defesa da estabilidade e da redução da jornada, devemos apresentar, de acordo à realidade colocada, outras medidas que podem incluir o controle operário da produção, a abertura dos livros contábeis das empresas, o confisco dos bens dos proprietários, a suspensão das remessas de lucro das empresas, a expropriação ou nacionalização de alguma empresa etc.

Os trabalhadores e trabalhadoras não podem pagar a conta dessa crise.

No plano federal, nos estados e municípios, no enfrentamento aos planos de ajuste, pode se colocar na ordem do dia medidas como a suspensão do pagamento da dívida pública, planos de obras públicas controlados pelos trabalhadores e as comunidades etc.

Devemos incorporar a denúncia e participar das ações contra o veto do governo Dilma à auditoria da dívida, que estava prevista na lei orçamentária desse ano, levantando a nossa proposta de suspensão e não pagamento da dívida.

Junto com isso, uma política ofensiva, adequada também à realidade concreta, que se materializa em consignas como "demitiu, parou" e, em alguns casos, avançar na proposta de ocupar as empresas em processo de fechamento e exigir que sua produção continue sob controle dos trabalhadores. Ainda que esse não seja um processo generalizado, há sintomas de radicalização e disposição de luta aos quais precisamos ficar atentos.

O mesmo vale para outros setores sociais, em particular nos bairros pobres, nas pequenas cidades, nas periferias dos centros urbanos em que temos visto pequenas "explosões" sociais.

A epidemia de dengue e zika demonstra também o quadro de deterioração dos serviços públicos de saúde e saneamento básico em nosso país, a irresponsabilidade dos governantes e o descaso com a população, em particular a população mais pobre, que vive nas periferias.

Devemos intervir com muita força frente a essa situação, levantando as bandeiras de mais verbas do orçamento para a saúde e um plano de emergência de combate aos efeitos e de prevenção dessas doenças.

Por uma ampla campanha para barrar a reforma da previdência

A reforma da previdência é outro tema relevante. Anuncia-se mais um ataque profundo, com aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, elevação substancial do tempo de contribuição das mulheres, alteração nos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais, mudança nas fontes de custeio e financiamento.

Devemos realizar todos os esforços por desencadear uma luta nacional contra a reforma da previdência, em unidade de ação com todos que se dispuserem a barrar essa reforma, combater o fator previdenciário e as fórmulas alternativas, como o fator 85/95 – 95/105.

Nenhum direito deve ser retirado na previdência, dessa e das futuras gerações.

Nesse sentido, consideramos um grave erro e exigiremos das centrais que se retirem do fórum com o governo que está discutindo a reforma da previdência, pois o único objetivo desse fórum é ter a legitimidade de parte das organizações dos trabalhadores para os ataques que virão, como já ocorreu na introdução do fator 85-95.

Devemos levar essa proposta amplamente a todos os segmentos, como a plenária do Fórum dos Servidores Federais, no qual as entidades filiadas à nossa Central cumprem um papel de relevo.

Devemos propor a realização de um ato ou seminário nacional conjunto, seguido de uma manifestação em Brasília contra a reforma. A construção dessas atividades procuraremos fazer não só com os companheiros do Fórum dos SPFs, mas também com outros segmentos que se disponham, como os companheiros do FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores – que, a princípio, estariam dispostos a assumir essa campanha também.

Estenderemos esse chamado às demais centrais e movimentos como a CUT, CTB, MST, MTST e demais organizações que se disponham a essa unidade de ação.

Construir um dia Nacional de lutas no dia 1.º de abril: em defesa do emprego, contra a reforma da previdência e os ajustes fiscais, contra a privatização das empresas públicas e em defesa dos serviços públicos, contra Dilma e os governos estaduais

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas indica a realização, da forma mais ampla e unitária possível, de um dia nacional de lutas com os eixos acima propostos, mas com a possibilidade de que cada segmento incorpore as suas reivindicações específicas.

Propomos que esse dia de mobilização ocorra em 1.º de abril, com manifestações nos estados, assembleias nas empresas, panfletagens e agitação nos centros urbanos, e outras formas de mobilização que forem possíveis de acordo à realidade de cada local ou região, categoria ou segmento social.

A data simboliza as mentiras que o governo utilizou para a sua reeleição. Dilma disse que não mexeria nos direitos sociais, nos direitos trabalhistas e previdenciários, nem que a vaca tossisse e agora vem, na verdade desde o início do mandato, retirando direitos trabalhistas e previdenciários, como o PIS, o seguro desemprego, o auxílio doença, o seguro defeso; impõe um forte ajuste nas contas e agora anuncia uma reforma da previdência que pretende ter um largo alcance.

Nesta data também teremos em Belo Horizonte o tribunal popular que vai julgar o crime ambiental, social e trabalhista cometido pela Samarco/Vale/BHP, que resultou na morte de 19 pessoas, em sua maioria trabalhadores da mineradora. Representantes de movimentos sociais, juristas, intelectuais, ativistas da juventude e de diversas organizações vão se reunir e seguir denunciando essa barbárie que atingiu o povo de Mariana e as comunidades que vivem ao longo do Rio Doce.

Realizar um ato de caráter nacional no 1.º de maio

A Coordenação Nacional aprova a realização de uma manifestação de caráter nacional no dia 1.º de maio, na cidade de São Paulo. Acreditamos que podemos realizar uma grande atividade de rua, num ato semelhante ao de setembro, trazendo caravanas do estado de São Paulo, dos estados mais próximos e representação de categorias, movimentos nacionais e delegações dos estados.

O ato deverá ocorrer na Av. Paulista e expressar um campo alternativo aos atos da CUT (pró governo) e da Força (pró oposição burguesa de direita), sem prejuízo de que nas regiões e categorias com tradição ocorram atos na data.

A Coordenação Nacional aprova um chamado a todas as organizações e aos setores da esquerda classista para que somem a essa iniciativa. Vamos realizar um ato delimitado dos atos patrocinados pelas empresas e órgão dos governos como fazem a CUT e Força, um ato classista, de defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o desemprego, o ajuste fiscal, a reforma da previdência e as privatizações. Pela construção de uma alternativa

frente ao governo e a oposição burguesa. Contra Dilma, os governos estaduais, e as variantes da oposição burguesa, do PSDB e PMDB, Temer, Aécio, Cunha e cia.

Nosso programa e reivindicações

A Coordenação Nacional reafirma os elementos acumulados até o momento em nosso debate.

O repúdio da grande maioria dos brasileiros às principais lideranças petistas e da oposição burguesa de direita, nos parece, atesta o acerto da definição tomada em nosso Congresso e ratificada por nossa Coordenação Nacional de lutar contra o governo e todas as alternativas burguesas e de direita, buscando construir um campo de classe, alternativo, dos trabalhadores.

Essa política se sintetizou na fórmula votada no Congresso **“Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”** É do conteúdo dessa formulação que devemos partir para orientar a nossa intervenção no movimento de massas.

No Espaço de Unidade de Ação chegou-se a uma formulação por acordo que afirma “Contra Dilma-PT, Cunha, Temer e Renan-PMDB; Aécio/PSDB! Derrotar o ajuste fiscal! Que os ricos paguem pela crise! Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre!”

São variações que temos utilizados conforme os acordos que temos construído e os espaços unitários de mobilização e seguem válidas.

Nós estamos pela saída de Dilma, através das mobilizações dos trabalhadores, e também pela saída do Cunha. E não queremos que Temer ou Aécio assumam. A necessidade que temos é a de criar uma alternativa independente, que expresse os interesse da nossa classe trabalhadora e demais setores explorados.

Reiteramos o respeito à autonomia das nossas entidades e organizações filiadas, que, muitas, tem formulações próprias, que derivam ou variam dessa consigna aprovada em nosso Congresso. Há evoluções e variações conjunturais na situação política do país, situações específicas em setores e categorias, relações diferenciadas com governos estaduais e municipais.

Nesse sentido devemos aprofundar o debate nas bases das categorias e movimentos e ir precisando as nossas palavras de ordem frente à crise do governo e as alternativas burguesas de direita. O fundamental é que sigamos perseguindo a construção de um campo classista, dos trabalhadores e do povo pobre.

Quanto à nossa plataforma de reivindicações, devemos buscar atualiza-la sempre, tendo em vista as lutas em curso, bem como ter sua hierarquia modificada conforme as mobilizações, partindo da luta concreta em curso (como a defesa do emprego, ou a luta contra as privatizações, ou a mobilização contra a reforma da previdência, para dar apenas alguns exemplos concretos).

Levaremos esse conjunto de propostas à reunião do Espaço de Unidade de Ação que se realiza no dia 24 de fevereiro, buscando construir a unidade com esse campo preferencial de articulação das nossas ações e iniciativas.

Vamos também fechar o jornal unitário com o qual pretendemos realizar uma disputa política forte, não só nas bases das categorias e movimentos dirigidos pela nossa Central, mas também nos setores dirigidos pela burocracia sindical, seja a CUT, Força e outros setores.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2016

Coordenação Nacional da CSP Conlutas

Calendário de mobilização, atos de rua e seminários

26 a 28 de fevereiro – Seminário Nacional do Setorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

8 de março - Dia Internacional de luta da Mulher Trabalhadora

1.º de abril – Dia Nacional de Luta em todo o país

Tribunal Popular da Samarco/Vale em Belo Horizonte

2 e 3 de abril – Seminário nacional sobre terceirização

28 de abril – Dia internacional em memória dos atingidos por acidente de trabalho (a orientação será melhor especificada no Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador)

1.º de maio – Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras: manifestação de caráter nacional em São Paulo

16 e 17 de junho – Encontro Nacional da Educação